

ATA Nº 08/2015

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA TREZE DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E QUINZE.-----

Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e quinze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia:-----

Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 31/08 e 30/10/2015;-----

Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para 2016; -----

Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta de Derrama para 2016; -----

Ponto 4 - Apreciação e Votação da Proposta de Fixação da Participação Variável no IRS para os rendimentos do ano 2016; -----

Ponto 5 - Apreciação e Votação da Proposta das Grandes Opções do Plano Orçamento e Mapa de Pessoal para 2016; -----

Ponto 6 -Apreciação e Votação da Autorização Prévia e Autorização Prévia Genérica no âmbito da Lei dos Compromissos para 2016;-----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída pelo seu Presidente, Fernando Maria Duarte e pelo primeiro e segundo secretários, Carlos Sarabando e Margarida São Marcos.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente da Câmara Fernando Caçoilo e os Vereadores José Vaz, Marcos Ré, António Pedro Martins e Paulo Costa, bem como as Vereadoras Beatriz Martins e Ana Bastos.-----

FALTAS: -----

Apresentaram pedido de substituição nos termos do artigo 6º. do Regimento, os membros, Luís Leitão do PS, que foi substituído por Hugo Lacerda, Emanuel Costa do PSD, que foi substituído por Luísa Diamantino e Carla Lima do BE, que foi substituída por Pedro Tavares. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo-se verificado a presença de: Fernando Maria Duarte, Carlos Sarabando, João de Oliveira, Barbara Gabriel, Hugo Lacerda, Margarida São Marcos, António Flor Agostinho, João Bernardo, Luísa Diamantino, Sofia Senos, António Pinho, Eduardo Conde, Hugo Rocha, Sérgio Lopes, Júlio Barreirinha, Lurdes Faneca, Daniel Santiago, Pedro Tavares, Irene Ribau, João Roque, Amantino Caçoilo, João Campolargo, Carlos António Rocha, Augusto Rocha, e Luís Diamantino.-----

Presidente da Mesa lê votos de Boas Festas enviados por Luís Leitão, face à sua impossibilidade de comparecer antes do fim de ano. -----

A reunião teve início às 21H00. -----

PÚBLICO:-----

O público presente, não exerceu o seu direito de intervenção, pelo que o Presidente da mesa, anuncia que a reunião vai ter início com o:-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Presidente da Mesa dá conhecimento à Assembleia da receção de dois documento numerados de 1 e 2.-----

ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES:-----

Submetidas a votação as atas 6 e 7/2015, foram aprovadas por unanimidade, não tendo votado os membros que não haviam assistido à reunião, sendo dispensada a sua leitura porque haviam sido previamente distribuídas. -----

Presidente da Mesa passa a fazer a leitura dos documentos apresentados à Mesa;-----

Doc. 1- Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD e **Doc. 2-** Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS. Ambos têm o mesmo objetivo, são votos de pesar pelo falecimento de Francisco Chuva Menezes e não sendo o conteúdo muito diferente, é acordado ficarem fundidos num só.-----

VOTO DE PESAR-----

Francisco Chuva Menezes partiu no passado dia 31 de Outubro de 2015, deixando atrás de si um rastro de simpatia que atravessou várias gerações e quadrantes políticos, ambos indiferentes às diferenças de idade ou de convicções, num testemunho de profundo e merecido respeito pelo seu percurso de cidadão e profissional exemplar.-----

Francisco Menezes serviu as nossas gentes, desempenhado as mais variadas funções no tecido associativo ilhavense, destacando-se, naturalmente o tempo que nos dedicou, como Presidente da Junta de Freguesia de S. Salvador, encabeçando as listas do PSD, cuja secção de Ílhavo ajudou a fundar, logo após o 25 de Abril de 1974, num tempo em que o exercício de funções autárquicas assumia um carácter ainda mais generoso, altruísta e solidário. -----

O PSD testemunha aqui o seu reconhecimento pelo exemplo de vida que o senhor Francisco Menezes nos deixou e

pelo legado de bondade, de dedicação e de serviço cívico com que honrou a biografia do PSD e enriqueceu a história da nossa Terra, propõem que esta Assembleia. -----

Aprove um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Chuva Menezes; -----

Apresente à sua família as mais sentidas condolências. -----

Ílhavo, 13 de Novembro de 2015. -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal de Ílhavo, -----

VOTO DE PESAR-----

O Senhor Francisco Chuva de Menezes foi um cidadão exemplar, um comerciante prestigiado e um defensor dos valores ilhavenses. -----

Era uma pessoa autêntica, que amava a sua Cidade e o seu Concelho. Foi um dos primeiros autarcas do concelho de Ílhavo, tendo sido eleito duas vezes presidente da junta de freguesia de São Salvador, exercendo o cargo de janeiro de 1977 a janeiro de 1983. -----

Foi um presidente, sempre disponível, que apresentou varias propostas e sugestões, que contribuíram para o desenvolvimento da então Vila de São Salvador, fazendo-se respeitar e respeitando sempre os eleitos das outras forças partidárias, com quem sempre conseguiu unir esforços, para a defesa da sua freguesia. -----

O Senhor Francisco Menezes nunca considerou os adversários políticos como inimigos, mas unicamente como seus aliados, que com ele queriam construir uma Vila Melhor. -----

Foi também, um cidadão empenhado e ativo no movimento associativo, tendo exercido cargos diretivos, nomeadamente nos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, no Illiabum Clube, entre outros. -----

Pelo seu percurso e exemplo de vida, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere: -----

1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Francisco Chuva de Menezes: -----

2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar. -----

Ílhavo, 13 de Novembro de 2015. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

Subscrito por todos os membros presentes nesta reunião, é aprovado por unanimidade. -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Sérgio Lopes: Começa por informar que o PS realizou um roteiro pela freguesia da Gafanha da Encarnação, com o objetivo de dialogar e debater questões de interesse entre os agentes civis e políticos da freguesia. Infelizmente embora o tenham solicitado não foram recebidos pelo presidente da junta. Foram recebidos por instituições e privados que se disponibilizaram para o efeito e passa a fazer perguntas, que daí resultaram. -----

Sobre o relvado da Costa Nova que considera abandonado, bem como o campo de futebol adjacente; Sobre o Largo da bruxa e vias contíguas. Sobre o assoreamento da Ria. Questiona o Presidente sobre o que tem feito e o que pensa fazer?-----

Presidente da Junta de freguesia de S. Salvador João Campolargo: Dá conhecimento que se deslocou ao XV Congresso da ANAFRE, que este ano se realizou nos dias 6 e 7 de novembro, em Ponta Delgada, Açores. Tendo sido o único presidente de junta do Município a participar aconselha a leitura das conclusões, que reputa de muito importantes para a gestão autárquica, nomeadamente, no que se refere à descentralização de competências, à lei das finanças locais, reforço da percentagem dos impostos e a garantia da prestação de serviços públicos. Uma nota importante para o realce à relação Município/Freguesias. -----

João Roque: Referindo-se uma vez mais às obras de saneamento que decorrem na Gafanha da Nazaré, chama a atenção para os prejuízos causados em habitações, sendo que algumas continuam em ruínas, inviabilizando o aranjo da rua e causando incómodos à população em geral. Chama igualmente a atenção, para o estado da Avenida Marginal que considera zona complexa e impossível de circular quando ocorrem as marés vivas e exige uma solução urgente.-----

António Pinho: Porque em seguida vão estar em análise documentos estruturantes, pergunta se a situação que se vive a nível nacional, (decidir qual o Governo que o país vai ter, face aos resultados nacionais e as propostas dos partidos de esquerda, para formar governo, mesmo não tendo ganho as eleições), condiciona ou não o desempenho autárquico?-----

Daniel Santiago: Faz uma análise da situação política, referindo a viragem à esquerda, face aos resultados das eleições nacionais, que não deram maioria à coligação muito embora tenham ganho as eleições. -----

Pedro Tavares: Opina dizendo que a democracia está presentemente mais viva, fazendo uma referência aos resultados eleitorais. Sobre as obras de saneamento na Gafanha da Nazaré, pergunta se a empresa vai repor as condições normais que as obras prejudicaram. -----

Presidente da Junta de freguesia da Gafanha da Encarnação Augusto Rocha: Esclarece o membro Sérgio Lopes, que resolveu não receber a delegação do PS, por entender que seria um desrespeito para com os membros do PS, que fazem parte da Assembleia de freguesia e para esse efeito foram eleitos. Diz serem as Assembleias de

Freguesia sempre participadas pelos munícipes e aí serem esclarecidos sobre todas as questões que colocam, tendo mesmo sido felicitado por membros do PS, em relação à postura que tem mantido nas mesmas. -----

Presidente da Mesa: Dá como habitualmente a palavra ao Presidente da Câmara para as habituais respostas.-----

1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Porque alguns membros que se haviam inscrito prescindiram do uso da palavra, o Presidente da Câmara, informa que, de igual modo se vai reservar para responder a seguir à segunda intervenção:-----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Sérgio Lopes: Considera a atitude do Sr. Presidente da Câmara, uma fuga ao debate e apela que responda às questões que lhe foram solicitadas. -----

João Roque: Diz ter feito perguntas concretas e espera respostas igualmente concretas.-----

António Pinho: Questiona o Presidente sobre o conhecimento público de participações de Câmaras com dispensa de funcionários e autocarros para participarem em manifestações partidárias. Espera que não aconteça na CMI, dado que considera o noticiado muito mau.-----

Presidente da Mesa: Dá a palavra ao Presidente da Câmara para que possa dar informações aos membros de acordo com as questões colocadas.-----

2ª Intervenção do Presidente da Câmara: Informa que se reservou para as 2ªs intervenções porque as perguntas foram exíguas, mas não teve qualquer intenção de não prestar as devidas informações.-----

Em resposta a João Roque, e referindo às obras de saneamento que estão a decorrer na Gafanha da Nazaré; é isso mesmo, elas ainda decorrem e como tem sido largamente discutido e informado são obras estruturais para a vida das pessoas, mas de grande impacto negativo no decurso das mesmas, isto tem sido largamente repetido. No final das mesmas o empreiteiro e o dono da obra, terão a responsabilidade de deixar tudo em ordem-----

Sobre as questões colocadas pelo membro Sérgio Lopes, o Presidente vai remeter algumas respostas para o âmbito do ponto 5. Contudo, face ao impasse governativo que se vive, o futuro é uma incógnita, sendo que 2016 se afigura um ano difícil. Não se vislumbra ainda, o que vai acontecer no âmbito da Polis e aguardamos que se processe da melhor forma, mas teremos de aguardar e ter conhecimento com o que podemos contar. A atuação da Câmara deverá repercutir o crescimento do PIB, dizendo que o caminho definido foi interrompido. No que respeita ao relvado da Costa Nova, a competência de gestão é da Agência Portuguesa do Ambiente e quando a CMI intervém só o pode fazer com a devida autorização.-----

Ao membro António Pinho, diz garantir que a CMI, sob a sua gestão, não participará com cedências do que quer que seja para manifestações de cariz político.-----

Terminada a sua intervenção e não havendo mais inscrições no enquadramento do PAOD, o Presidente da Mesa, anuncia o início da Ordem de Trabalhos com o **Ponto 1 - Informação do Presidente da Câmara relativa à Atividade Municipal no período compreendido entre 31/08 e 30/10/2015.**-----

Pedido de interrupção da Reunião – O Presidente da Mesa pede a realização de um intervalo antes de se entrar na análise do ponto anunciado, face às dificuldades técnicas que surgiram para a gravação das intervenções, retomando-se logo que o mesmo esteja em ordem. -----

Presidente da Mesa: Reinicia os trabalhos com o anúncio da resolução do problema e agradecimento pela compreensão de todos, face ao problema surgido e que teve de ter assistência técnica do responsável pela informática municipal, Ricardo, ao qual agradecemos a sua deslocação. -----

Como habitualmente pede ao Presidente da Câmara se o desejar para explicar o documento em análise.-----

1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Considera o relatório da atividade bem explícito e por isso fica à disposição, bem como os seus Vereadores para as respostas que os membros considerarem necessárias. -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Sérgio Lopes: Leu na imprensa a notícia de um acordo assinado entre a CMI e o sindicato, para o regresso às 35 horas semanais na nossa Câmara. Muitas outras Câmaras tinham assinado já acordos nesse sentido e pergunta se a notícia é verdadeira e a partir de quando vai entrar em vigor o novo horário. Referindo-se ao edifício sócio educativo da Costa Nova, diz que teve início em Setembro de 2011, com prazo de execução de 9 meses e assente na atribuição de um Fundo Comunitário. Devido a dificuldades financeiras do empreiteiro, sofreu uma paragem e uma mudança de empreiteiro com reinício em janeiro 2013 e conclusão prevista em Setembro de 2014. Em Junho de 2015 o Senhor Presidente disse que a obra teria inauguração no fim do Verão. Estamos em Dezembro e nada se sabe. O que correu mal, porquê e para quando? -----

João Roque: Considera que a Câmara não se pode alhear de qualquer problema ocorrido no município. Se não são problemas da sua competência direta, como é o caso das inundações que referiu na Gafanha da Nazaré motivadas pelas obras do saneamento, embora estas sejam da responsabilidade da Adra. -----

João Bernardo: Realça três pontos. Congratula-se pela reunião do Conselho Municipal de Educação. Este documento refere a requalificação da escola básica da Marinha Velha e a da Gafanha de Aquém. Pergunta se trata

efetivamente de requalificação no mesmo espaço ou novas construções? Quanto ao contrato de comodato entre a CMI e a VA deve-se a quê? Vai haver concurso público para a exploração do Museu? Empreitada da ponte na VA, diz que eliminou definitivamente os problemas estruturais, assim esperamos, pelo menos pelos próximos 50 anos.---

Irene Ribau: Destaca a ação Maioridade que mais uma vez decorreu de forma a deixar todos os que se inscreveram contentes, pela oportunidade de sair num grande e agradável convívio. Felicita a Câmara pela forma como atua e acompanha as escolas do município. Destaca ainda os contrato-programas na área do desporto de apoio às Associações. -----

Eduardo Conde: A formação de opinião de cidadania de bons comportamentos, não passa apenas de sistemas educativos, passa pelo compromisso dos serviços públicos promoverem práticas para o bem e respeito humano.-----

Flor Agostinho: Pergunta quais os frutos que se espera retirar deste projeto da área de requalificação urbana para Ílhavo. Felicita a informação sobre o Festival de Bacalhau que espera no próximo ano seja se possível ainda melhor. Felicita as melhorias que ocorrem na zona da Vista Alegre. Neste período de grande insegurança é gratificante assistir ao desenvolvimento de obra promovido pela Câmara.-----

Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, Luís Diamantino: A Junta de Freguesia e a Câmara apresentaram o projeto da Casa Mortuária à população, houve uma forte participação e boa receptividade por se mostrar um projeto antes de a obra ir para o terreno. Nunca tinha acontecido na Gafanha do Carmo. Lamento apenas a falta de comparência de algumas pessoas. -----

Hugo Rocha: Felicita a adesão ao mercado liberalizado de energia que permitiu uma larga poupança, cerca de 215.000€00. Lança o desafio de um plano para apoio a idosos que se encontrem em casa e em situação de solidão.---

Daniel Santiago: Lê os artigos 25º e 35º. Da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, para reclamar a falta de informação sobre os processos judiciais, que correm em Tribunal. Pergunta ainda o ponto de situação sobre a opção gestionária, como vão ser ressarcidos os funcionários então prejudicados e de que forma vai afectar as contas da Câmara. -----
O Presidente da Mesa terminados os pedidos de esclarecimento dá a palavra ao Presidente da Câmara, para que responda aos membros: -----

2ª Intervenção do Presidente da Câmara: Responde a Sérgio Lopes dizendo que sobre o regresso ao horário das 35 horas semanais, confirma a assinatura do acordo, vai agora para publicação para entrar em vigor. No que respeita ao edifício sócio cultural e extensão de saúde da Costa Nova, o edifício está terminado, foram ontem entregues à Câmara as chaves e a obra será inaugurada em breve, talvez em Janeiro. A população nunca foi prejudicada em nada porque a extensão de saúde nunca deixou de funcionar. No que respeita à requalificação de escolas, pergunta do João Bernardo, o que está decidido é a requalificação da EB1 da Marinha Velha e da Cambeia. Centro escolar da Gafanha de Aquém, ainda não há decisão definitiva, mas o que nos parece é que a escola existente não tem espaço suficiente e por isso está a ser equacionada a construção de um novo centro escolar, cuja construção de raiz sairá mais económica e num novo espaço com mais área. O Conselho Municipal de Educação reuniu, foi produtivo e vamos continuar a trabalhar. No que respeita ao comodato com a Vista Alegre não estava muito explícito, tinha lacunas para resolução de algumas situações, nomeadamente o conteúdo, qualidade e quantidade do recheio bem como a gestão do Museu. Vamos proceder a uma adenda para colmatar estas falhas. A ponte na Vista Alegre, vai estar ao serviço dos utentes com segurança e isso é o importante para nós. A João Roque o Presidente diz não ter percebido a pergunta. Flor Agostinho, a ARU fundamentalmente é uma área de intervenção com a possibilidade de reabilitação urbana, cujas condições estão no documento bem definidas. O que se pretende é criar benefícios, nomeadamente fiscais, para que possa existir da parte dos proprietários condições de recuperação e melhoria do edificado na zona mencionada. Será ainda criado um fundo, para o qual os proprietários cumprindo as condições específicas se possam candidatar a empréstimo, que não é a fundo perdido e nem bancário. Depois há ainda uma área que terá de ser pública e para isso temos a habitação da CMI, no Bebedouro. O Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo, fez um resumo do seu aniversário aonde eu também estive e fiquei muito contente pela larga participação popular. O projeto da casa mortuária está pronto e irá em breve para consulta. Hugo Rocha, concordo consigo, os mercados fechados não beneficiam ninguém e vamos conseguir essa poupança, que num valor de 1,3 milhões é significativa. No que reporta ao desperdício alimentar e idosos em solidão, estamos já a trabalhar na área, o Vereador Paulo Costa está a liderar o processo com a nossa Divisão de Ação Social. Daniel Santiago, quanto à pergunta da opção gestionária a resposta está no Plano e Orçamento, certamente não o leu com pormenor, este processo vem de 2009. O valor que teremos de pagar é de cerca de quinhentos mil euros, a liquidar em 2016. A Câmara decidiu pagar a todos os trabalhadores que se encontram na situação e não só aos sindicalizados, porque foi o STAL que colocou a ação em Tribunal, perdeu na 1ª. Instância e ganhou na 2ª.-----

Presidente da mesa, pergunta ao Daniel qual a intenção de entregar à mesa fotocópia da Lei 75/2013 e abre novas inscrições para os membros:-----

O Membro Daniel informa ter já sido esclarecido e não havendo mais intervenções o Presidente anuncia que vai colocar em análise o **Ponto 2 - Apreciação e Votação da Proposta do Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) para 2016**, para o que pede ao Presidente da Câmara a sua introdução:-----

1ª Intervenção do Presidente da Câmara: Informa que, ao mesmo tempo que explica este documento, vai elencar explicações até ao ponto 4, dado que todos estes resultam dentro da mesma lógica. -----
Trata-se do apoio estrutural e financeiro à gestão da Câmara Municipal. Os fundos positivos disponíveis para fazer face às despesas são as transferências do Estado através do fundo de equilíbrio financeiro e do fundo social municipal da participação variável do IRS e os chamados impostos locais IMI, IMT e Derrama, bem como os mais pontuais. O município de Ílhavo é dos que recebe menos em termos de transferências do Estado. No nosso orçamento o peso, não chega a 15%, a grande maioria dos municípios da região recebe acima dos 30%. A participação que recebemos do IRS, é de 7,5% e do Estado 21%. Estes 21% nem sequer chegam para pagar o funcionamento, quanto mais para a prestação de serviços. Os valores dos Impostos Locais têm uma importância vital na nossa estrutura. Temos a necessidade de ter capacidade para captar Fundos Comunitários e vamos fazê-lo. Temos de cumprir o plano de ajustamento financeiro, fruto da candidatura ao PAEL, que foi aprovado pela AMI. A proposta do Ponto em análise o IMI, surgiu por força da necessidade do que acabei explicar. Propomos ainda a redução do IMI familiar que é um passo de ajuda às famílias, bem como a classificação da energia A+ e A, bem como os imóveis em recuperação. Procuramos salvaguardar e defender os agregados familiares com dificuldades. O que pretendemos é o equilíbrio da gestão. No que respeita ao IRS e a Derrama temos o critério de isenção para os pequenos negócios até 150.000€ e empresas que se tenham instalado este ano e que criem 5 postos de trabalho.-----
Presidente da mesa, abre inscrições para as perguntas e observações dos membros: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Hugo Lacerda: Opina que desde há muito tempo que a sociedade portuguesa definiu o IMI como o imposto injusto s/o seu património imobiliário. Há ainda em sua opinião, o inadequado sistema de avaliações patrimoniais. Cita ainda, concordando, o comentário de um conceituado urbanista, que opinou que "...o IMI não é um imposto é uma renda". Faz a interpretação que o Senhor Presidente acabou de informar sem qualquer pudor que as obras que a Câmara pretende realizar tem de vir de impostos. O que se coloca é: os municípios de Ílhavo estão na disposição de pagar altos impostos ou preferem não ter afinal tantas obras realizadas pela Câmara? Prossegue identificando "as pessoas com parcos rendimentos, que tenham um imóvel até de herança, mas que tenha fracos rendimentos, vai ter grandes dificuldades em pagar". O executivo tem ignorado a proposta do PS para baixar o IMI justificando o Senhor Presidente dizendo que sem os impostos se verifica uma diminuição de receitas. No Distrito de Aveiro diz que Ílhavo é o Concelho que mais tributa os municípios através deste imposto. -----

João Bernardo: O Senhor Presidente referiu que a CMI é a Câmara que menos depende do Orçamento do Estado. Isso acontece à custa do sacrifício dos cidadãos e da sua tributação. Temos uma Câmara sobredimensionada para as receitas próprias e por isso temos uma sobrecarga demasiado pesada para os cidadãos e perspectiva-se que vai assim continuar. É um perfeito esbulho os impostos lançados sobre os cidadãos. A adesão ao IMI familiar é uma enorme cambalhota deste executivo, mesmo assim não é uma grande mais-valia o que se propõe.-----

Eduardo Conde: O IMI quando foi introduzido trouxe alguma justiça. Uma certeza tem nós e importante que é a redução chamada de IMI familiar, bem como as restantes já referidas. As condições de fundo da economia mudaram substancialmente, não sendo só nos impostos. O crescimento, as migrações, tudo está a mudar e como se desconhece os impactos destas mudanças, não há consignação de receitas, mas sou de opinião que a criação de zonas industriais será uma forma de criar emprego e fixação no município, é prudente manter os valores fixados no ano anterior.-----

Flor Agostinho: Exclama que esta discussão é redundante. O PS desde sempre reclama redução de impostos, mas reivindica obra, isto é contraditório, o importante é manter o crescimento e a melhoria da qualidade de vida, para isso tem de haver receitas. O IMI não parece ao membro um imposto assim injusto, porque tem de ser criadas estradas, água, saneamento, etc., para se licenciar a habitação. É um sacrifício, sim, mas vale a pena. O nosso território é muito curto relativamente a outros concelhos e por isso recebemos valor reduzido do OE, onde 45% da verba respeita a território.-----

António Pinho: O que está contido nesta proposta é o apoio à família e as mudanças são no sentido de melhorar, por isso tem o apoio do CDS/PP. Sendo as mudanças no sentido do que é melhor para as pessoas, só nos resta felicitar a CMI por aderir ao IMI familiar adicionando algumas medidas benéficas.-----

Daniel Santiago: Opina a necessidade de se darem passos na conquista das discriminações positivas, por isso mesmo discordando do IMI, ele é uma fonte de receita necessária e por outro lado verifica-se o equilíbrio das contas, com a colheita da receita de IMI. Concorda com a necessidade de requalificação de prédios devolutos e em ruínas, de forma a requalificar também as zonas onde estão inseridos. A proposta do PCP é a aplicação de uma taxa bem mais leve para os municípios.-----

Pedro Tavares: O que entende o membro é que esta taxa pretende ser para a CMI, uma compensação pelas infraestruturas que tem de colocar. Pergunta se a Câmara prevê uma forma de compensar os municípios que emigraram para poderem pagar a casa? Considera o IMI familiar positivo, mesmo não fazendo distinção entre mais e menos favorecidos. -----

Terminadas as intervenções o Presidente da mesa, dá a palavra ao Presidente da Câmara, para que possa responder às questões que lhe foram colocadas: -----

2ª Intervenção do Presidente da Câmara: Começa por defender as condições de vida que têm as pessoas que vivem no município de Ílhavo e os custos que a situação comporta. Diz ainda, "...os senhores querem reduzir custos mas depois, vem exigir a necessidade de fazerem: saneamento, jardins, passeios, desassoreamento, requalificações, etc., etc., etc.. A proposta que se apresenta, representa um equilíbrio financeiro. O PSD no programa eleitoral, não prometeu às pessoas nenhuma redução de impostos, porque temos de respeitar os compromissos. Se a proposta fosse no sentido de reduzir, teríamos de explicar às pessoas o que deixaríamos de fazer. O valor médio anual do IMI são 370€ já no orçamento da Câmara representa um milhão de euros. Este pacote financeiro tem uma ligação lógica ao Plano e Orçamento e não são medidas desbragadas. Os Senhores não concordam com zonas industriais, nós achamos que é importante ter zonas industriais. O que não fariam V. Exas. para reduzir os impostos? A proposta é clara, é objetiva e responsável para dar suporte ao Orçamento para 2016.-----

Presidente da mesa abre as inscrições aos membros: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS: -----

Hugo Lacerda: Pede esclarecimento para uma dúvida: As perguntas não são no sentido de saber se as pessoas elegeram ou não este executivo. As perguntas foram no sentido de pedir esclarecimentos técnicos, que o Senhor Presidente detentor dos dados pode esclarecer. Quantas isenções de prédios devolutos e degradados foram requeridas? Disse não poder reduzir o IMI, porque tem esse compromisso. Muito bem é o PSD quem tem o compromisso e não o PS. -----

João Bernardo: Tem sido referido que o IMI serve para pagar muita da atividade municipal, nomeadamente saneamento, não é assim. Mensalmente os munícipes pagam o saneamento e resíduos contidos na fatura da água e não no IMI. O que o PS contesta não são as obras mas sim a qualidade da obra e a sua tipologia. A CMI nos últimos anos tem gasto milhões de euros em obras que não tem nenhuma mais-valia para o comum cidadão e portanto obras inúteis e que estão algumas delas ao abandono por falta de utilizadores. Quando a Câmara recorreu ao PAEL fê-lo porque havia já criado as condições para a degradada situação financeira em que se encontrava. Quantas famílias beneficiaram o ano passado com a recuperação dos prédios degradados? Quantas com a moralização da eficiência energética? -----

Pedro Tavares: Reclama o facto de o Presidente não ter dado resposta de quantas casas estão devolutas, não por estarem abandonadas, mas porque as pessoas emigraram?-----

Presidente da mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder. -----

3ª Intervenção do Presidente da Câmara: Ao Pedro Tavares responde dizendo que a pergunta não tem qualquer enquadramento e nem possibilidade de resposta. Nós no executivo temos a responsabilidade de gestão. Ao membro João Bernardo, responde que não se está a falar de saneamento mas sim de obras. O PS não votou contra nenhuma obra que agora chamou de inútil. O PS na altura própria assumiu e votou a favor as obras a que designa de inúteis, dizendo que pode verificar as atas. -----

COLOCADO ESTE PONTO À VOTAÇÃO: É a proposta do IMI aprovada com 15 votos a favor e dez votos contra. Votaram a favor os grupos do PSD e do CDS/PP e contra os grupos do PS, PCP e BE. **Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta.**-----

À mesa é entregue uma declaração de voto que se transcreve: -----

DECLARAÇÃO DE VOTO-----

Apreciação e votação da Proposta de IMI para 2016-----

Considerando que muitos habitantes do concelho da Ílhavo tiveram um brutal aumento do IMI, situação que já se refletiu nos valores pagos nos últimos anos. -----

Considerando que o Partido Socialista, com base nos dados disponíveis, tem apresentado uma proposta equilibrada e conciliadora entre as necessidades de gestão do executivo camarário e os interesses dos munícipes, que permitia que a taxa de 0,4% fosse reduzida para 0,35%.-----

Considerando que o crescimento das Receitas Correntes do Município, nos últimos anos, foi quase integralmente suportado pelas receitas dos Impostos Diretos – Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis – que no próximo ano, na perspetiva da maioria que governa o município corresponderá a uma parte bastante significativa das receitas correntes. -----

Considerando que o Executivo Municipal, nos anos transatos, não teve minimamente em atenção os fatores que determinam o crescimento real deste imposto, sendo o segundo concelho do distrito de Aveiro que, percentualmente, mais castiga os seus habitantes na aplicação deste imposto. -----

Considerando que a manutenção do valor da taxa apresentada pelo Município, implicará que os proprietários dos imóveis, para efeitos do Código do IMI, serão sujeitos a tributações exorbitantes. -----

Considerando que não obstante o executivo municipal ter recusado nos anos anteriores a adoção de uma política de desagrevamento fiscal, justificando tal posição com a consequente quebra de receitas, as provenientes do IMI têm vindo a crescer progressivamente, sempre para além do programado. -----

Considerando que os compromissos financeiros assumidos pelo município não justificam tão gigantesca arrecadação de receita. -----

Considerando ainda que no âmbito do chamado “IMI Familiar”, saudamos que tenha esta Câmara Municipal proposto a redução das taxas para os imóveis destinados a habitação própria e permanente dos proprietários com dependentes a seu cargo, medida com a qual concordamos, não obstante entendermos que fica aquém da urgente e imperiosa redução da taxa do imposto que devia ser assumida por este executivo como uma medida inteiramente justa e equitativa para os seus destinatários. -----

Considerando que esta adesão de Ílhavo ao “IMI Familiar”, apesar de merecer a nossa concordância, não é, no entanto, suficiente para alterarmos o nosso sentido de voto, expresso pelo PS, ano após ano. -----

Deste modo, os membros do Partido Socialista eleitos para a Assembleia Municipal de Ílhavo votam contra a proposta da maioria do executivo municipal de manter a taxa de 0,4% sobre os prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI, que está transformada num verdadeiro confisco aos nossos concidadãos. -----

Ílhavo, 13 de Novembro de 2015-----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, -----

Presidente da Mesa passa imediatamente a análise **do Ponto 3 - Apreciação e Votação da Proposta de Derrama para 2016**, pergunta ao Presidente da Câmara se pretende fazer alguma introdução: -----

O Presidente da Câmara informa que aquando da introdução e explicação do ponto 2, englobou como disse até ao ponto 5, por isso não vai intervir.-----

1ª. Intervenção dos Membros: -----

Eduardo Conde: Este é o imposto menos penalizante já que incide sobre os lucros e o seu lançamento é pacífico.

Uma porventura não cobrança poderá ser aplicada tendo como contrapartida a melhoria de condições de trabalho dentro da própria empresa ou decisão de criação de postos de trabalho. Como está na moda plataformas de entendimento, a derrama é fruto de resultados positivos das empresas pelo que não afeta a sua situação. -----

Hugo Rocha: Não vê qualquer problema na manutenção da taxa da derrama, até porque cada vez mais as transferências do OE são cada vez menores e este imposto recai apenas sobre os lucros das empresas.-----

Daniel Santiago: Não discorda o PCP da taxa máxima da derrama prevista na Lei, mas defendemos que deve haver uma maior discriminação designando pequenas médias e grandes empresas, criando o município taças intermédias e assim defender as empresas mais pequenas.-----

Pedro Tavares: Sendo um imposto sobre lucros o BE não discorda, mas considera poder existir nas pequenas empresas por vezes lucros maiores que nas grandes por motivo destas criarem postos de emprego. Seria interessante haver um mecanismo de despenalização no caso de criação de postos de trabalho.-----

Sérgio Lopes: O PS Valoriza a diferenciação positiva das pequenas e médias empresas que é parte desta proposta através de isenção do pagamento da taxa com empresas com um volume de negócios inferior a 150.000,00 e empresas que criem até 5 postos de trabalho. Esta é uma medida que se valoriza pois contribui para o alívio dos orçamentos das empresas com dificuldades. Não bastam contudo estas medidas para fazer uma estratégia de atração de empresas para o município de Ílhavo. Entende o PS que a manutenção da taxa máxima merece a discordância, porque não é um atractivo para a fixação de empresas. O estado obsoleto das nossas zonas Industriais não tem nada a ver com os parques Industriais do século 21.-----

Terminada a intervenção do membro no uso da palavra o Presidente da Mesa, informa a Assembleia que se atingiu a hora Regimental para encerramento desta reunião 0h30, do dia 14 de novembro de 2015. A Sessão vai continuar com a segunda reunião, nos termos da convocatória no dia 20 deste mesmo mês.-----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Carlos Sarabando, 1º Secretário, redigi e vai ser assinada por mim e pelo Presidente da Assembleia. -----

O Presidente da Assembleia _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR UNANIMIDADE, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 12/02/2016.